

SUBSTANTIVAÇÃO PLENA E SUBSTANTIVAÇÃO PRECÁRIA: UM ESTUDO DE CLASSES DE PALAVRAS EM PORTUGUÊS*

Margarida Basílio (PUC-Rio)**

O presente trabalho se enquadra num projeto amplo de pesquisa sobre o fenômeno da flutuação categorial e tem por objetivo analisar, no ângulo da teoria lexical, a substantivação de adjetivos em português.

A distinção entre as categorias de substantivo e adjetivo sempre foi e continua sendo um problema na gramática do português. A imprecisão que encontramos nesta área é problemática para a teoria lexical, dada a relevância da marcação categorial para a especificação de bases e produtos de processos produtivos de formação de palavras¹.

Em **Estrutura da Língua Portuguesa**, Câmara Jr. tenta resolver o problema da classificação substantivo / adjetivo estabelecendo a classe dos nomes, que então subdivide em substantivos e adjetivos em termos

* Texto final da comunicação de mesmo título, apresentada no VII Encontro Nacional de Linguística, em 1982.

** Professora do Departamento de Letras da PUC-Rio. Professora aposentada do Setor de Linguística da UFRJ. Pesquisadora IA do CNPq.

¹ Veja-se, entre outros, Aronoff (1976); Basílio (1980); Basílio (1981). O problema de caracterização das bases nas RFPs é bastante complexo, sobretudo nos casos em que a classe não está bem definida e nos casos em que a marcação de classes é menos relevante que fatores de natureza semântica.

exclusivamente funcionais: o substantivo é o termo determinado e o adjetivo é o termo determinante do substantivo.

Entretanto, a adoção da proposta de Câmara Jr. é impossível no nível lexical, já que nos impediria o registro da distinção entre sufixos formadores de substantivos e sufixos formadores de adjetivos, assim como entre sufixos que operam em bases adjetivas e sufixos que operam em bases substantivas. Teríamos apenas Regras de Formação de Palavras (RFPs) que formam nomes, os quais poderiam funcionar como determinantes ou como determinados, ou seja, adjetivos ou substantivos.

Vejamos o que isto acarreta, através de um exemplo concreto. De acordo com a proposta de Câmara Jr., não podemos dizer que existe em português uma RFP que acrescenta a adjetivos o sufixo *-idade* para formar substantivos abstratos; temos que dizer que o sufixo *-idade* se adiciona a nomes para formar nomes, ou seja, consideramos que o sufixo *-idade* não tem uma função de mudança de classe.

Assim, não damos conta do fato de que o sufixo *-idade* só se combina com adjetivos; não damos conta do fato de que o sufixo *-idade* só forma substantivos abstratos; e não damos conta do fato de que o sufixo *-idade* tem sua razão de ser exatamente na sua função de mudança de classe. Em suma, a adoção desta proposição implica na impossibilidade de representar generalizações bastante claras nos processos de formação de palavras em português.

Em 1981, Lemle começa a focalizar a questão na gramática do português numa abordagem lexicalista e propõe uma regra lexical de nominalização de adjetivos, “graças à qual se estabelece uma correspondência entre um adjetivo e um nome de forma idêntica, sendo o sentido do nome uma amálgama dos sentidos do adjetivo correspondente com o sentido de algum nome”. Tal regra daria conta de casos como ‘um negro’, ‘uma inglesa’, ‘os gordos’, ‘o velho’, ‘o combustível’, ‘um doce’, ‘os caninos’, ‘um líquido’, ‘um expresso’, ‘à francesa’², todos adjetivos que podem ser usados em posição substantiva.

² Os exemplos são de Lemle (1981).

A proposta de Lemle é importante, na medida em que estabelece uma generalização lexical para dar conta da substantivação de adjetivos e uma distinção entre casos como os exemplificados em (01) e (02)³:

- (01) a. Ela namora um careca simpático.
b. Os americanos são fortes.

- (02) a. Ela tinha um macaquinho cabeludo e um careca.
b. Os cigarros brasileiros são fracos, mas os americanos são fortes.

Ao contrário de (01), onde teríamos casos de substantivação, nos casos (02), teríamos, no segundo período, sintagmas nominais elípticos, a serem interpretados semanticamente mediante o estabelecimento de “*um vínculo semântico entre o sintagma nominal pleno e o sintagma nominal truncado, com a projeção do nome nuclear do sintagma antecedente para a posição vazia no sintagma elíptico*” (LEMLE, 1981, p. 89). Lemle observa ainda que esta segunda regra se situaria ao nível do discurso e estabelece uma relação entre as duas regras, afirmando que a regra lexical de nominalização de adjetivo é uma decorrência da existência de regra de preenchimento semântico de nó nominal vazio.

A proposta de Lemle constitui um passo importante para o esclarecimento da questão de flutuação categorial no português. Neste trabalho, pretendemos prosseguir no exame dos fenômenos envolvidos na substantivação de adjetivos e sugerir dois níveis de substantivação: a substantivação plena e a substantivação precária. Pretendemos, outrossim, estabelecer uma distinção entre dois grupos de adjetivos, no que tange ao fenômeno da substantivação: adjetivos que modificam nomes referentes a seres humanos (doravante adjetivos H) e adjetivos que modificam nomes referentes a seres não humanos (doravante adjetivos NH). Finalmente, analisamos brevemente a questão do formalismo, à luz dos fenômenos verificados.

³ Exemplos de Lemle (1981).

Nas gramáticas tradicionais, existe uma grande imprecisão a respeito das classes de palavras. Entretanto, podemos determinar, pelo menos em linhas gerais, propriedades de adjetivos ou de substantivos, tais como concordância em gênero e número, função sintática, intensificação etc. Em alguns casos, é necessário especificar mais ou mesmo questionar algumas colocações das gramáticas. Por exemplo, o aumentativo é considerado como específico dos substantivos, mas o uso sistemático do aumentativo em adjetivos, sobretudo nos casos de participípio passado, é um fato patente na língua coloquial. Um outro exemplo seria a caracterização de palavras como substantivos pela possibilidade de ocorrência com o artigo definido; conforme demonstrado em Chomsky (1970), a mera utilização do artigo definido não é suficiente para caracterizar uma estrutura como nominal.

A partir das características normalmente consideradas próprias de substantivos e adjetivos, mas levando em conta estas considerações, construímos um teste com o objetivo de verificar quais características de substantivos estariam presentes em formas adjetivas que ocorressem em função substantiva. A motivação para a construção do teste parte de resultados obtidos na análise de formas em -dor e -nte em Basílio (1981), onde se verifica que o uso adjetivo de formas em -dor é precário e, portanto, mais adequadamente descrito por regras de extensão de classe.

A função do teste é, pois, a de determinar até que ponto adjetivos que ocorrem em posição de substantivo assumem propriedades gerais de substantivos ou não. O teste se constitui de frases nas quais se evidenciarão propriedades de substantivo, tais como designação de indivíduos ou objetos, gênero e número, posição sintática, uso de determinantes etc. Foram testados inicialmente cerca de 150 adjetivos primitivos, divididos em dois grupos, adjetivos H e adjetivos NH. Exemplos dos contextos utilizados nos testes são os seguintes:

- (03) a. Maria queria casar com um (Adj)
- b. Para completar o grupo, preciso de dois (duas) (Adj)
- c. Era uma vez um (Adj) que gostava muito de V
- d. Já vi este (Adj) em algum lugar
- e. Tudo foi rapidamente executado pelo (Adj)

f. Nós não gostamos do (Adj) que nós vimos ontem.

Os resultados do teste foram os seguintes. De cerca de 90 adjetivos H, um número bastante reduzido – cerca de 18 – apresentou propriedades gerais de substantivo. Alguns exemplos são ‘beato’, ‘doido’, ‘vesgo’, ‘mudo’, ‘gordo’, ‘santo’, ‘careca’, e ‘velho’. O ponto fundamental para esta conclusão não é a possibilidade ou não da ocorrência em contextos de substantivo, mas a interpretação dos adjetivos em tais contextos. Para ilustrar o ponto, consideremos os exemplos abaixo:

(04) Dei um livro ao velho

(05) Dei um livro ao bonito

Tanto velho quanto bonito são adjetivos H. Em (04), temos, pelo menos, duas interpretações. Na primeira, entende-se simplesmente que o falante deu o livro a um indivíduo velho; na segunda, entende-se que, dentre vários indivíduos, o falante deu um livro àquele que era velho. Mas em (05) apenas a segunda interpretação é possível. Ou seja, ‘velho’ funciona integralmente como um substantivo, mas ‘bonito’ é entendido como um adjetivo referente a algo implícito. A distinção permanece em outros tipos de contextos:

(06) a. Vi um velho atravessando a rua

b. \neq Vi um bonito atravessando a rua

(07) a. Era uma vez um velho que gostava de ler

b. *Era uma vez um bonito que gostava de ler

(08) a. Vi três velhos parados na esquina

b. \neq Vi três bonitos parados na esquina.

Como podemos verificar nesses exemplos, ou o adjetivo não é aceito, nas frases (b), ou é interpretado como adjetivando algo implícito. Esta

é a situação mais comumente encontrada nos adjetivos⁴. Temos, pois, dois casos distintos de substantivação: um caso em que o adjetivo assume integralmente as propriedades do substantivo; e um caso em que o adjetivo, embora ocorrendo como substantivo no contexto sintático superficial, não é realmente interpretado como substantivo. Consideraremos o primeiro caso como substantivação plena e o segundo como substantivação precária.

Os casos de substantivação plena correspondem apenas a cerca de 20% no *corpus* analisado. Este resultado é interessante, na medida em que contraria a impressão geral de que adjetivos referentes a seres humanos seriam geralmente substantiváveis.

Mas tal impressão geral não existe sem motivo. Na verdade, praticamente todos os adjetivos H podem ser usados como substantivos em contextos genéricos⁵. Alguns exemplos seguem abaixo:

- (09) Bem aventurados os (Adj), porque deles
Dai consolo aos (Adj)
Os (Adj) gostam de (V)

Temos, assim, a ocorrência geral do adjetivo numa posição substantiva única, em que a interpretação é invariavelmente a referência a todos e quaisquer indivíduos enquanto possuidores da propriedade indicada pelo adjetivo. Dada a função caracterizadora que permanece, apesar da posição substantiva, encontramos algumas características peculiares a este uso genérico.

Uma delas é a utilização básica do plural e, sobretudo, a ausência de oposição entre singular e plural. Assim, por exemplo, os contextos apresentados em (09) podem ser colocados no singular sem alteração de significado.

⁴ É provável que estes casos possam ser cobertos pela Regra de Preenchimento Semântico do Nó Nominal Vazio, proposta por Lemle (1981). Neste caso, não haveria substantivação no nível lexical.

⁵ Os únicos casos de não aplicação desta afirmação são os de adjetivos qualificativos semanticamente superlativos: 'lindo', 'maravilhoso', 'imundo' etc.

Uma outra característica do uso genérico de adjetivos em posição substantiva é a estranheza nos casos de flexão de gênero. Enquanto nos casos de substantivação plena a flexão de gênero se faz naturalmente, nos casos de uso genérico não cabe a utilização da forma do feminino:

- (10) a. Consolai os aflitos (?as aflitas)
- b. Tendo medo dos covardes (?das covardes)
- c. Os meigos (?as meigas) procuram a paz.

Em resumo, observamos em relação aos adjetivos H dois níveis distintos de substantivação: o nível de substantivação plena, em que os adjetivos passam a ter todas as propriedades dos substantivos, e o nível de substantivação precária, em que a forma, aparentemente substantiva, mantém sua função adjetiva, seja em termos de caracterização genérica, seja em termos de substantivação de um elemento implícito no contexto. A substantivação precária é acessível virtualmente a todos os adjetivos H, enquanto a substantivação plena é de ocorrência bastante restrita; a relevância da distinção se evidencia no teor de previsibilidade para cada caso.

O pequeno número de ocorrências de substantivação plena não reflete necessariamente um caso esporádico.

Assim, por exemplo, adjetivos correspondentes a deficiências físicas e problemas mentais normalmente correspondem a substantivos plenos: ‘surdo’, ‘cego’, ‘mudo’, ‘corcunda’, ‘careca’, ‘louco’, ‘biruta’, ‘neurótico’, ‘esquizofrênico’ etc. Encontramos a mesma incidência em adjetivos referentes a religiosidade, neutros ou pejorativos: ‘santo’, ‘beato’, ‘carola’, ‘religioso’, ‘fanático’ etc. Estes dados sugerem que a substantivação plena se relaciona, pelo menos em parte, à composição semântica dos adjetivos.

Um outro caso de relação entre as possibilidades de uso nominal e a semântica do adjetivo é o dos adjetivos de cunho nitidamente pejorativo. Tais adjetivos podem apresentar função pronominal, conforme ilustrado abaixo:

- (11) a. Cruzei com Pedro na rua, mas o desgraçado fingiu que não me viu
b. *Cruzei com Pedro na rua, mas o feliz fingiu que não me viu
- (12) a. Conversei com Maria, mas não consegui persuadir a teimosa.
b. *Conversei com Maria, mas não consegui persuadir a meiga.

Nos casos em que os adjetivos não pejorativos poderiam ser usados neste tipo de construção, automaticamente eles assumem valor pejorativo:

- (13) Pedi auxílio a Pedro, mas o “honesto” não podia me ajudar.

Incidentalmente, estes mesmos adjetivos podem ser usados em posição aparentemente substantiva, mas conservando tanto a função quanto a concordância adjetivas:

- (14) O miserável do Pedro, a burra da Maria, a louca da minha filha, o desgraçado do porteiro etc

É possível, no entanto, que estas propriedades de uso pronominal e uso adjetivo em posição aparentemente substantiva não se restrinjam apenas a adjetivos de cunho nitidamente pejorativo, conforme os exemplos abaixo sugerem⁶:

- (11) c. Cruzei com Pedro na rua, mas o felizardo fingiu que não me viu.
- (14') O felizardo do João, o sortudo do Pedro, o bonachão do Porteiro etc.

A maior incidência destes outros casos ocorre com aumentativos, que, aliás, apresentam propriedades diferentes das dos demais adjetivos. Por exemplo, ‘esquisito’ se comporta como a maioria dos adjetivos, mas

⁶ Agradeço a Mary Kato por esta observação.

‘esquisitão’ se iguala aos casos de substantivação plena. Como o aumentativo sintético apresenta necessariamente uma carga emotiva, é possível que as propriedades anteriormente mencionadas se relacionem mais diretamente com o fator emotividade e não, propriamente, pejoratividade.

Sem dúvida, estes fenômenos merecem um estudo mais detalhado, o que está além do escopo do presente trabalho.

Passaremos agora a considerar a situação dos adjetivos NH. Foram testados cerca de 85 adjetivos. Dentre eles, apenas 16 apresentam propriedades gerais de substantivos. Alguns exemplos são: ‘absurdo’, ‘agudo’, ‘cômodo’, ‘complexo’, ‘concreto’, ‘doce’, ‘brilhante’, ‘longo’. Mais uma vez, a afirmação se prende não à possibilidade de ocorrência em posição substantiva, mas à interpretação, conforme ilustrado abaixo:

- (15) a. Ele escreveu vários absurdos
b. *Ele escreveu vários corretos
- (16) a. Este doce é uma gostosura
b. ≠ Este amargo é uma gostosura.

Como vemos acima, ‘doce’ e ‘absurdo’ são interpretados como substantivos, mas, embora ‘amargo’ e ‘correto’ apresentem, pelo menos potencialmente, interpretações correspondentes plausíveis, não podem ser entendidos da mesma maneira. Constatamos, pois, a mesma distinção: apenas um número relativamente restrito de adjetivos NH apresenta o nível de substantivação plena.

Nos adjetivos NH, no entanto, é mais difícil uma sistematização dos casos de substantivação plena. Observamos uma incidência de termos técnicos, como ‘complexo’, ‘agudo’, ‘grave’, ‘estreito’ etc. Em todos os casos, encontramos a referência a um objeto específico, em que o significado é relacionado, embora não necessariamente, ao adjetivo, mas contendo um elemento imprevisível. Por exemplo, ‘brilhante’ é uma pedra específica, não basta ser doce para ser ‘um doce’, ‘longo’ é um vestido, e assim por diante. Vemos, pois, que a situação de substantivação lexical plena é radicalmente diferente nos adjetivos H e nos adjetivos NH. No

primeiro caso, a previsibilidade é total: quando o adjetivo se lexicaliza como substantivo, passa a significar “indivíduo que tem a propriedade X”, onde X representa o significado do adjetivo. No segundo caso, o teor de previsibilidade é mínimo: não podemos prever, a rigor, o significado do substantivo a partir do significado do adjetivo.

O significado particularizado no caso dos adjetivos substantivados NH sugere, conforme apontou Lemle, que o adjetivo teria incorporado o significado de um substantivo usado com alta frequência com o adjetivo, de tal modo que o uso do substantivo se tornaria desnecessário, passando o adjetivo a ser substantivo. Esta abordagem apresenta algumas dificuldades, porém. Independente de problemas de formalização, a interpretação específica de certos itens não parece ser facilmente recuperável; por outro lado, o fato de termos estas formas sempre no masculino sugere a utilização da forma genérica para a substantivação⁷.

Entretanto, apesar do alto teor de idiossincrasia que encontramos em casos como os apontados acima, existem também processos de lexicalização automática e previsível de adjetivos NH como substantivos. Por exemplo, adjetivos que se usam em referência a propriedades de substâncias são normalmente substantivados com interpretação previsível. Enquadram-se neste caso formas X-vel como ‘combustível’, ‘inflamável’, ‘inflável’, ‘solúvel’ etc. e um enorme contingente de formas X-nte, tais como ‘tranqüilizante’, ‘aromatizante’, ‘fertilizante’, ‘solvente’ etc. Nestes casos, temos uma regra previsível de substantivação lexical plena, em que o adjetivo lexicalmente substantivado passa a ter todas as propriedades específicas de um substantivo e o significado de ‘substância’ que tem a propriedade do verbo, na forma ativa ou passiva, dependendo do sufixo formador de adjetivo básico. Devemos ressaltar, no entanto, que os casos apontados neste parágrafo são casos de adjetivos derivados de

⁷ Naturalmente, existe o fenômeno de cancelamento ou omissão de termos dispensáveis. Tal processo atinge não apenas substantivos cuja noção se incorpora ao adjetivo então substantivado, mas também expressões adjetivas cujo sentido se incorpora ao substantivo, como em ‘letras’ significando ‘letras de câmbio’. Evidências mais fortes para o cancelamento são encontradas em formas flexionadas: ‘curva’, ‘reta’, ‘esferográfica’ etc. Um caso curioso que aponta para o uso do masculino como genérico é o de ‘xerox’. Em termos de sintagma pleno, o uso normal é “cópia xerox”; com a omissão do núcleo, passa-se a usar a forma masculina: um xerox. Temos, pois, dois casos distintos na substantivação: a genericização e o cancelamento do núcleo do sintagma.

verbos; é possível que a previsibilidade semântica na lexicalização esteja ligada a este fator.

Passaremos agora a considerar o nível de substantivação precária nos adjetivos NH. Mais uma vez, encontramos contextos em que praticamente todos os adjetivos podem aparecer em posição de substantivo. O significado básico é “o que é X (em Y)”, onde “X” é o adjetivo substantivado e “Y”, um elemento presente no contexto.

- (17) O amargo do xarope fez a criança chorar
- (18) O grave da questão é que João vai ser expulso
- (19) O bom do apartamento era a varanda
- (20) O simples e o complexo na obra de fulano
- (21) O sublime extasia; o obscuro confunde.

Ao contrário dos adjetivos H, a utilização básica dos adjetivos substantivados NH se faz no singular. Mas, enquanto nos adjetivos H o singular pode ser usado, nos adjetivos NH a possibilidade de utilização no plural é restrita e, quando possível, muda a interpretação:

- (17') \neq Os amargos do xarope fizeram a criança chorar
- (18) *Os graves da questão são os seguintes...
- (19) *Os bons do apartamento eram a varanda e o quarto.

Sumarizando, vimos que (a) nos adjetivos H a substantivação plena apresenta semântica previsível de referência a indivíduo humano, enquanto nos adjetivos NH a semântica é imprevisível, ressalvados os casos de derivados de verbos; e (b) nos casos de substantivação precária em termos genéricos dos adjetivos H o plural é básico e intercambiável com o

singular, enquanto nos adjetivos NH o singular é básico e não intercambiável com o plural.

Esta simetria oposta sugere o inter-relacionamento dos fatores. Nos adjetivos H, a referência é obrigatoriamente a indivíduos; de modo que é natural a incorporação da noção “indivíduo” nos casos de substantivação plena, assim como a referência básica “a todos os indivíduos que ...” no uso genérico, intercambiável com “todo aquele que ...”, ou seja, o plural e o singular. Já nos adjetivos NH a referência é mais vaga; assim, é natural que a semântica não seja previsível nos casos de substantivação plena e que o singular seja básico na substantivação precária, correspondendo a algo como “aquilo que”. É possível, no entanto, que uma posterior subclassificação de adjetivos NH nos faça detectar outros padrões, já que vários casos foram englobados no mesmo grupo.

Passamos agora a uma breve colocação sobre aspectos relativos à formalização dos fenômenos verificados. Resumindo, temos basicamente dois níveis de substantivação, plena e precária, e dois tipos de adjetivo, H e NH.

Vimos que existe uma diferença radical entre adjetivos H e adjetivos NH no que concerne à substantivação plena. Assim, se quisermos expressar a previsibilidade de interpretação dos adjetivos H quando substantivados, temos que distingui-los dos adjetivos NH. Tal situação nos remete à discussão de Jackendoff (1975) sobre regras de redundância semântica e redundância morfológica separadas e sobre a questão de se considerar ou não necessária a redundância semântica para se computar a redundância morfológica.

Nos adjetivos H, temos uma total previsibilidade de interpretação, o que permite uma regra de redundância única⁸, relacionando um adjetivo /X/ de semântica Z a um substantivo /X/ significando “indivíduo que é Z”. Mas no caso dos adjetivos NH, a rigor, devemos ter uma regra de redundância morfológica separada da regra de redundância semântica – na ver-

⁸ Jackendoff (1975) propõe a separação de regras de redundância morfológica e semântica a partir de evidências encontradas em casos de nominalização. A extensão deste tratamento para todos os casos de relações lexicais é questionada em Basílio (1980).

dade, a própria possibilidade de generalizações semânticas é questionável nestes casos⁹. Seja qual for a decisão sobre este ponto, uma coisa é certa: casos como ‘americano’ significando “sanduíche” e ‘cômodo’ significando “aposento” só poderão ser abarcados se adotarmos regras morfológicas e semânticas separadas e estabelecermos que a redundância semântica não é necessária para que computemos no léxico a redundância morfológica¹⁰.

Entretanto, dado que a diferença fundamental entre os dois grupos de adjetivos, H e NH, é de natureza semântica, segue-se que poderíamos abarcar os dois grupos numa regra única de redundância morfológica. Teríamos, pois, uma regra de redundância morfológica relacionando adjetivos de formas /X/ a substantivos de forma /X/. Quanto a regras de redundância semântica, teríamos uma regra geral relacionado adjetivos H a substantivos com o significado “indivíduo que é Z”; e, possivelmente, outra, que ligaria adjetivos NH a substantivos que apresentam, entre outras coisas, a propriedade de ser Z. Esta regra não se aplicaria a alguns casos, como os de ‘americano’ e ‘Cômodo’; nestes, a redundância seria apenas morfológica.

Quanto ao nível de substantivação precária, este não pode ser tratado pelos mesmos mecanismos, já que apresenta propriedades diferentes. No caso da substantivação plena, temos, realmente, uma extensão de classe; na substantivação precária, temos apenas uma extensão de propriedades sintáticas. Entretanto, dado que a substantivação precária é acessível a virtualmente qualquer adjetivo, o mais conveniente seria estabelecer um padrão mais geral de conversão automática ou, mais ainda, estabelecer como propriedade intrínseca de adjetivos a substantivação precária. Ou seja, não se trata de uma regra que se aplica a certos itens, numerosos que sejam, mas de uma propriedade de adjetivos enquanto tais. A nível categorial, a mesma propriedade é comum a adjetivos H e NH: as diferenças entre os dois casos são mais superficiais e relacionadas a fatores sintático-semânticos.

⁹ Mais exatamente, a generalização pode ser feita, mas o papel desta generalização para a aquisição do significado da palavra é praticamente nulo.

¹⁰ Temos, pois, mais um argumento em favor da “abordagem permissiva” na proposição de Jackendoff (1975).

Naturalmente, estas possibilidades deverão ser estudadas com mais detalhe, não apenas do ponto de vista lexical, mas sobretudo por especialistas de outra áreas, para que possamos chegar a formulações que dêem conta tanto dos fatores lexicais quanto dos fatores sintático-semânticos envolvidos.

As linhas gerais dos fenômenos aqui analisados trazem mais evidência acerca da impropriedade de utilização de mecanismos tais como a duplicação de RFPs e regras-zero. Parece mais claro agora que o léxico apresenta dois processos distintos, a formação de palavras, por meio de acréscimo morfológico; e as propriedades gerais de extensão de classe, inerentes a classes enquanto tais, e que não corresponderiam propriamente a formações de palavras, sendo, portanto, natural que a estes fenômenos não se associem operações de acréscimo de elementos morfológicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARONOFF, M. *Word formation in Generative Grammar*. L. I. Monograph I. Cambridge: MA, MIT Press, 1976.

BASÍLIO, M. *Estruturas lexicais do português*. Petrópolis: Vozes, 1980.

BASÍLIO, M. *Re-estudo de agentivos*. Comunicação apresentada no VI Encontro Nacional de Lingüística. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1981.

CÂMARA JR., J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.

CHOMSKY, N. Remarks on nominalization. In: Jacobs & Rosembaum (eds.). *Readings in English transformational grammar*. Waltham: Gynn&Co, 1970.

JACKENDOFF, R. Morphological and semantic regularities in the lexicon. *Language*, 51, 639-71, 1975.

LEMLE, M. Do discurso ao léxico. In: Magro, M. C. & Dutra, R. (orgs.). *Ensaio de Lingüística*. Belo Horizonte: UFMG, 1981.